

blema. A nossa posição é bem diferente. O mérito da discussão ao qual nos devemos ater é com relação ao recurso interposto pelo Prefeito Municipal à Assembleia Legislativa, apenas isto. Ainda agora recebo um artigo de fundo de um dos jornais mais conceituados desta Capital, jornal absolutamente independente, jornal que podemos chamar de limpo, de imparcial, que analisa o problema na sua profundidade. Eu não sei quem escreveu este artigo, pois ele não traz o nome do autor. Mas é, indiscutivelmente, uma peça que merece constar deste aparte. Não tenho necessidade de fazer a sua leitura. Apenas peço ao Sr. Presidente que, no meu aparte, fique registrado o artigo de fundo que "A Gazeta" publica hoje, sobre a autonomia de Osasco. Pediria ao Sr. Presidente que me permitisse passar à Taquígrafia, com a devida vênia do orador, este artigo.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — Eu faria um apelo a V. Exa. Estou interessado em conhecer esse artigo e não tive ainda oportunidade de tomar conhecimento dele. Pediria a V. Exa. que o lesse.

O Sr. Anacleto Campanella — Com todo o prazer, nobre deputado Ciro Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa deseja lembrar ao nobre deputado Ciro Albuquerque que o tempo destinado a S. Exa. vai esgotar-se precisamente às 19.20 horas. Se S. Exa. permitir o aparte para que o nobre deputado Anacleto Campanella possa proceder à leitura do artigo de fundo sobre a autonomia de Osasco, terá que permitir novos apartes tantas vezes quantas se fizerem necessárias.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — Pois não, Sr. Presidente.
O Sr. Anacleto Campanella — Agradeço ao nobre deputado Ciro Albuquerque.

É o seguinte o artigo publicado hoje em "A Gazeta" sobre a autonomia de Osasco:

(Lê): "AUTONOMIA QUE SE IMPÕE

Está de novo na ordem do dia a questão da autonomia de Osasco. O plebiscito que a fundamentou eivou-se de anomalias, o prefeito municipal impugnou nesse item a lei quinquenal, o caso andou pelas Justiças, e agora reverte ao plenário da Assembleia.

Caberá ao Legislativo a última palavra, como é natural. E decerto os deputados votarão, no assunto, com inteira isenção, fora de qualquer cogitação política, partidária ou eleitoral, tendo em vista unicamente os interesses de Osasco. Porque estes, no caso, devem prevalecer sobre os da Capital. A São Paulo não interessa em nada que Osasco se separe. Ao contrário, o governo da Capital só perderá com isso. Ao passo que Osasco tudo perde permanecendo assim confinada no município metropolitano. Bem se compreende, pois, todo o fervoroso empenho que a Municipalidade, ou melhor, a Prefeitura da Capital, vem pondo em combater a autonomia do rico e próspero e rendoso distrito.

Com efeito não se entende bem como possa haver moradores de Osasco favoráveis à presente administração, de todo em todo contrária a tudo quanto possa convir à localidade.

Logo de saída se dirá que a ordem natural das coisas é a emancipação das células capazes de vida própria e independente. E esta é precisamente a situação de Osasco.

A observação dos fatos, ademais, está a mostrar que Osasco se vê completamente desamparado pela Prefeitura da Capital, com o descuido total de todos os seus problemas e necessidades.

E a verificação dos algarismos está evidenciando que a Municipalidade da Capital vem desfrutando, literalmente, Osasco. E sem exagero de expressão, proquanto se sabe que o erário municipal arrecadou em Osasco, no ano findo, nada menos de 350 milhões de cruzeiros, e a Prefeitura não gastou ali nem 20 milhões! Haverá coisa mais inexplicável, mais iníqua, mais revoltante? E a convicção dessa enormidade entrará pelos olhos a dentro de quem andar por Osasco, e verificar que ali falta tudo quanto depende de um mínimo de atenção dos poderes públicos da metrópole. De sorte que aos bons osasquenses não cabe outra atitude razoável e digna, senão a de externarem por todos os meios a sua absoluta inconformidade com uma situação em que tudo se lhes tira e nada se lhes dá.

Decerto não move aos leais habitantes do colossal distrito nenhuma animosidade, nenhuma vesguice política, nenhum prurido de bairrismo. A primeira vista não errariam os que vissem excelente vantagem e causa de ufania em ser cauda de leão, pois é uma honra, de fato, ser município da cidade que mais cresce no mundo, et coetera e tal. Mas importaria que os poderes públicos da Capital tivessem em razoável consideração a montanha de dinheiro que trazem de Osasco, em compensação lhe dessem um mínimo de cuidado dos correspondentes ao desenvolvimento, também passoso, daquele distrito.

Nem aleguem os estatísticos que a emancipação de Osasco diminuiria em muitos milhares a população com que São Paulo entra nos quadros das grandes cidades do mundo. Essa consideração não se figura, a Osasco, suficientemente compensadora para o desamparo a que se vê relegado.

E, ademais, a população de uma metrópole não se conta por limites legais, mas pela enclausuração de localidades que ela vai demograficamente absorvendo. Quantos municípios existem nos muitos milhões de Paris ou de Londres?

Os bons osasquenses têm razão de sobejo para verem credenciada perante a Assembleia, a sua justíssima pretensão." — (Palmas).

Este artigo de fundo, nobre deputado Ciro Albuquerque, está publicado no jornal "A Gazeta" de hoje.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar a campainha) — A Mesa deseja comunicar ao nobre deputado Ciro Albuquerque que resta um minuto para o término de seu tempo.

O Sr. Anacleto Campanella — V. Exa. me permite concluir o aparte? (Assentimento do orador). Verifica então V. Exa., nobre deputado Ciro Albuquerque, que não somos apenas nós que aqui defendemos a autonomia de Osasco e muito menos nos move interesse político - leigoirês. É a imprensa da Capital, é a imprensa vanguardista de São Paulo, que acompanha "poripassa" o desenvolvimento de todos os distritos da Capital, que sente, em toda sua profundidade, a necessidade imperiosa da emancipação daquele distrito. Osasco pode ser município; Osasco deve ser município. É uma reivindicação absolutamente justa e posso assegurar a V. Exa. que não traz nenhuma desvantagem ao Município da Capital. Se as minhas palavras não bastassem estaria aí esse artigo que acabo de ler e que o "Diário Oficial" publicará amanhã, para comprovar toda a lógica e o bom senso daquilo que tenho proclamado da tribuna desta Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A Presidência comunica ao nobre orador que o seu tempo está esgotado. Encontra-se inscrito, a seguir, o nobre deputado Luciano Lepera, que está com a palavra.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — Desajaria que o nobre deputado Luciano Lepera me cedesse dois minutos para que eu pudesse responder ao nobre deputado Anacleto Campanella.

O Sr. Luciano Lepera — Sr. Presidente, cedo cinco minutos do meu tempo ao nobre deputado Ciro Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o nobre deputado Ciro Albuquerque durante cinco minutos, por cessão do nobre deputado Luciano Lepera.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — Muito grato ao nobre deputado Luciano Lepera, pela cessão de tempo.

Ouvi, nobre deputado Anacleto Campanella, com a devida atenção a leitura que V. Exa. veio de fazer de artigo de fundo de um órgão de imprensa realmente conceituado em São Paulo e que se unipôs, por estas e outras qualidades a ele inerentes, ao alto conceito da população paulista. Mas, nobre deputado, o comentário não fez referência ao plebiscito. Apenas procurou, numa indagação de mérito, fazer prevalecer a ideia de se elevar a município um distrito, como forma de rev. Orar-lhe não só a economia como, sobretudo, a administração da localidade. Este órgão de imprensa não se preocupou com o plebiscito em si. Trouxe um ponto de vista respeitável, e verdadeiro, mas diretamente ligado ao mérito da matéria, que encontra, nesta Casa, pontos de vista diversos. A tese que defende, Exa., é da ilegitimidade do plebiscito.

O Sr. Anacleto Campanella — É o mérito.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — ... que não expressa o pensamento, o desejo da coletividade em emancipar-se da Capital. V. Exa. não poderá ser mais realista que o rei. O que desejamos, na defesa que fazemos, é a total impugnação desse plebiscito e que, realmente, num plebiscito sem fraude...

O Sr. Anacleto Campanella — Não é problema nosso. É matéria vencida. É problema do Tribunal Regional Eleitoral.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — ... são distorções, para a população de Osasco opinar sobre se deseja ou não a emancipação. O que os documentos demonstram, o que as provas nos revelam são fatos exatamente ao contrário. O que há é um grupo de políticos interessados na emancipação e que conseguem manobrar o plebiscito ao seu alvedrio, dando a ele um resultado que não expressa o desejo da população, e nós não poderíamos, nobre deputado Anacleto Campanella, concordar com a emancipação desse distrito, contrariando o desejo da população de Osasco. Que se faça novo plebiscito, porque esse foi fraudado, de tal forma que o próprio juiz que o presidiu assim o declarou, em depoimento anexado ao processo. V. Exa. leu artigo de um conceituado jornal. Eu posso ler um outro artigo, de um órgão de imprensa não menos conceituado, desta Capital, que é o "Diário da Noite", do jornalista Vinício Macedo em que revela

irregularidades havidas no plebiscito que por si só anulam a manifestação popular, que por si só trazem a nós, legisladores, a convicção de que não podem acolher o projeto de resolução em causa. Deve ele ser rejeitado neste plenário, porque não poderão os Srs. parlamentares paulistas acolher um ato eivado de irregularidades, de imoralidade mesmo. Pois se até mortos votaram, nesse plebiscito, se um eleitor votou 20 vezes, conforme depoimento insuspeito do nobre deputado Antônio Sampaio, do nobre líder da bancada pessepista, como vamos aceitar tal ato?

O Sr. Anacleto Campanella — V. Exa. permite um aparte?
O SR. CIRO ALBUQUERQUE — Eu não desejaria abusar da descendência do nobre deputado Luciano Lepera.

O Sr. Luciano Lepera — Cedo mais 3 minutos do meu tempo a V. Exa.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — Tem o aparte o nobre deputado Anacleto Campanella.

O SR. ANACLETO CAMPANELLA — Apenas para reparar uma injustiça que V. Exa. fez — e sei que V. Exa. não é injusto — quando declarou que um grupo político de Osasco é que luta pela emancipação daquele subdistrito. Posso assegurar a V. Exa. que essa expressão não é verdadeira. Posso assegurar, mais, a V. Exa. que a emancipação política do subdistrito de Osasco é um movimento encabeçado pelas forças vivas daquele subdistrito, por homens absolutamente idôneos, de bem, homens do comércio e da indústria, rotarianos, homens de todas as profissões liberais. Afirmando a V. Exa. que os homens que lideraram e lideram este movimento até o presente instante são homens que não estão afeitos, inclusive, ao nosso sistema político, tão ao nosso costume; são homens que apenas desejam a emancipação do subdistrito de Osasco, pelas mesmas razões que apresenta este artigo de fundo de "A Gazeta", hoje e as proclama a todo o Estado. São homens íntegros, que não desejam nada que não queiram coisa alguma da política, que apenas procuram dar o melhor de si do seu trabalho, do seu esforço e dedicação para que, efetivamente, Osasco deixe de ser aquele burgo completamente abandonado, esquecido dos poderes competentes e que apenas tem uma solução, que é através de sua própria administração. Faço esse reparo ao discurso de V. Exa. porque tenho a certeza absoluta de que V. Exa. é um homem incapaz de cometer injustiças. Os homens que lideram aquele movimento são professores, médicos, advogados, rotarianos, homens de todas as classes liberais e outras classes, trabalhadores, operários. São homens de bem, repito, íntegros, que não desejam nada da política e que apenas querem o bem-estar daquela população laboriosa. E mais, nobre deputado a afirmação que V. Exa. faz, de que o processo é todo eivado de erros, de falsificações, de fraudes, é um problema — e V. Exa. sabe muito melhor do que eu porque o considero muito mais inteligente e culto do que este colega que o aparteia...

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — Não apoiado!

O Sr. Anacleto Campanella — ... é problema que foge totalmente à nossa competência, é problema do Tribunal Regional Eleitoral. Nós não temos nada a ver com isso. Quantas vezes V. Exa. ouviu falar, como eu ouvi, que deputados vieram a esta Assembleia e foram para a Câmara Federal para o Senado da República e para o Governo do Estado por este ou aquele motivo; que um comprou isto, que outro deu dinheiro para fulano e que apareceu a votação à última hora, e ele mesmo não estava acreditando que iria ser eleito. Não podemos acreditar nestas coisas; honestamente não podemos. Devemos ouvir apenas estas coisas e da mesma forma que entram por nossos ouvidos devem sair. Não podemos aceitar. E, se realmente fossem verdadeiras essas acusações, caberia ao Tribunal julgar. Se esse juiz apurou o fato, e afirmou o nobre deputado Antônio Sampaio que é verdadeiro; se o Tribunal Regional Eleitoral tomou conta do caso, não posso admitir que este fato possa influir na autonomia de Osasco. Mais uma vez, nobre deputado Ciro Albuquerque, agradeço a gentileza de V. Exa., através dos apartes que me concedeu. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Esgotado o tempo do nobre deputado Ciro Albuquerque, tem a palavra, a seguir, o nobre deputado Luciano Lepera

OSR. LUCIANO LEPERA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, sempre fui e sou pela autodeterminação dos povos, e parece incrível que, quando no mundo todo há uma luta para que os povos consigam a sua autodeterminação, em plena Capital de São Paulo queiram negar autonomia a um município.

Sempre fui, repito, pela autodeterminação dos povos. Cada povo lutando tem o direito de conseguir a religião de sua preferência, o regime político, social e econômico de sua preferência, e nenhuma força sobre a face da terra conseguirá impedir que os povos do mundo tenham, enfim, a sua completa autodeterminação. Por isso, sou pela autonomia do município de Osasco. Durante as discussões aqui travadas, veíram à baila vários tipos de argumentação, uns apontam certas irregularidades que teriam ocorrido durante a luta que se trava pela autonomia desse município. Mas, como bem disse o nobre deputado Anacleto Campanella, através de sucessivos apartes; como bem disse o nobre deputado Scalimandré Sorininho, também através de apartes, não é esta matéria que a Assembleia Legislativa deve discutir.

O que se deve discutir é se nós vamos ou não conceder autonomia.

O deputado Ciro Albuquerque, que com tanta inteligência e brilhantismo ocupou a tribuna durante tantas e tantas horas, tratou de defender aquilo que, no meu modo de entender, é a opinião do atual chefe do Executivo municipal em São Paulo, a opinião do Sr. Ademar de Barros. Dizem a todo instante, nesta Casa, que isso é um direito do deputado. Discordo dessa opinião. Não acho que seja um direito. É um direito de obstrução sim, mas como a fizemos nós, da oposição, quando se tratava de impedir ou tentar impedir a aprovação daquela bandeira administrativa referente à Rede Ferroviária Federal. Era um bandeira que iria ocasionar prejuízos a todos os operários no setor metajúrgico, prejuízos à própria indústria nacional que fabrica material ferroviário. Mas, em questões como esta, não acho justa a obstrução. Acho que cada um tem direito de opinar e, em seguida, sem fazer obstrução, deixar que a Casa decida.

Outros alegam que lá em Osasco nem todos são favoráveis à autonomia. Mas, Senhores, era o caso de perguntar: quando o Brasil vivia sob o jugo de Portugal, como colônia portuguesa, por acaso, todos saíram à rua e lutaram para a libertação do país? Não! É uma vanguarda que sai à frente e luta. Os demais eram homens de vida particular, eram homens que, sentindo embora a pressão estrangeira, continuavam trabalhando, pagando seus impostos e, uma vez encerrada sua tarefa, iam para casa. Mas houve um Tirdentes e os demais inconfiáveis que lutaram! Isso quer dizer, isso significa que existe uma vanguarda! A vanguarda vai lutando e politizando o povo. Porque ninguém, em sua consciência, é contra a autonomia. Ninguém também era favorável a que o Brasil continuasse preso e subjugado pelo Reino. O que havia era um problema mal situado! E, naquela hora, havia já os acomodados, os traidores, os entreguistas. Diziam então: é preferível um patrão. Por que lutar contra a força? Trabalhamos aqui, enviamos a riqueza para Portugal e Portugal nos dirige, nos dá o que comer... Mas esse não é o pensamento do povo. Muitos do povo, enganados, libelizados, pensam assim, porque não estão esclarecidos. Uma vez, porém, que estejam esclarecidos, deixam de pensar desta maneira. Assim se faz toda luta, desde que o mundo é mundo.

O Sr. Carlos Kherlakian — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LUCIANO LEPERA — E creio que haja em Osasco um ou alguns, ou mesmo centenas que momentaneamente discordam. São pessoas que não têm esclarecimento político. Mas, à medida que essas pessoas foram esclarecidas, elas, tenho certeza, pensarão como o povo do Brasil e do mundo todo. Elas também integrarão a luta pela autonomia do município.

Levantaram-se, também, questões referentes a parte administrativa: que Osasco hoje tem mais água e esgoto; que há mais ruas calçadas. Mas, nem essa tese deve ser discutida, mesmo tendo-se em vista a questão da democracia. Eu não defendo a democracia, o parlamento, exclusivamente porque nós, deputados, apresentamos todos os dias umas indicações dizendo que o Governo deve calçar aquela rua ou pavimentar aquela estrada. Porque na cidade, Senhores, não existe parlamento, e os ditadores, os interventores, os prefeitos nomeados também calçam ruas e pavimentam estradas. Isto até parece argumento de janista: que o governo é bom porque pavimenta estradas. Mas nem o parlamento existe para essa função administrativa. Ele tem função política. Se fesse para o deputado ganhar 100 contos de réis para vir aqui indicar o calçamento de uma rua e a pavimentação de uma estrada, não era preciso deputados.

Parlamento, meus nobres amigos e colegas, existe com uma função: a função de discutir teses políticas a fim de que o povo vá sendo esclarecido politicamente. Então, quando discutimos teses como esta, de autonomia de um povo, a nós não interessa discutir se aquele povo vai ter mais uma rua calçada ou menos uma rua calçada. Isto é problema administrativo. O que interessa é lutar em defesa da autonomia administrativa de todos os povos e, portanto, no caso da autonomia do povo de Osasco, não interessa saber se o prefeito municipal — até mesmo com boas intenções — vai perder, vamos dizer, um protelamento político. Então iríamos defender a tese de que certas potências continuam tendo proteções na África e na Ásia quando todos os povos afro-asiáticos estão em luta para conseguir a sua autodeterminação, a sua liberdade.

O Sr. Carlos Kherlakian (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Luciano Lepera, V. Exa. vem analisar o referido processo sob um ângulo bem superior, mas que não deixa também de ser interessante o ponto de vista administrativo, que tem de ser ventilado neste instante. Veja V. Exa. a leitura que o nobre deputado Anacleto Campanella fez — quando ocupava